

**WEBTELEJORNALISMO E ACESSIBILIDADE: ANÁLISE DE CONTEÚDO  
DO JORNAL PRIMEIRA MÃO A PARTIR DE NOTÍCIAS DE INTERESSE  
PÚBLICO E DA AUDIÊNCIA SURDA**

Iara Alves do Santos<sup>1</sup>  
Joana Belarmino de Sousa<sup>2</sup>  
José Primitivo Leal Neto<sup>3</sup>

**RESUMO**

Este artigo estuda os critérios de noticiabilidade do Jornal Primeira Mão da TV Ines, enquanto webtelejornal que promove acessibilidade e inclusão para integrantes da comunidade surda, uma vez que é por meio dos sinais traduzidos em imagens que as pessoas surdas se comunicam. O trabalho busca compreender, a partir dos critérios de noticiabilidade, se o conteúdo produzido pelo noticiário atende as demandas do interesse público ou volta olhares apenas para temáticas que envolvem o universo da surdez. Para isso, fizemos uma análise de conteúdo de quatro edições do programa. Contudo, constatamos que as pautas apresentadas compreendem as necessidades dos cidadãos, com deficiência auditiva ou não, de se manterem informados com o que acontece no mundo em que vivem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornal Primeira Mão; webtelejornalismo; critérios de noticiabilidade; acessibilidade; interesse público.

**WEBTELEJOURNALISM AND ACCESSIBILITY: ANALYSIS OF NEWSPAPER  
CONTENT *FIRST HAND* FROM NEWS OF PUBLIC INTEREST AND DEAF  
AUDIENCE**

**ABSTRACT**

This article studies the news criteria of the newspaper Primeira Mão of TV Ines, as a web newscast that promotes accessibility and inclusion for members of the deaf

<sup>1</sup> Iara Alves dos Santos é jornalista, bacharela em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e aluna do Mestrado Profissional em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atua como repórter no G1 Paraíba e pesquisa sobre acessibilidade na comunicação e no jornalismo, mídia regional, jornalismo digital, telejornalismo e jornalismo cultural.

<sup>2</sup> Joana Belarmino de Sousa é jornalista, bacharela em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal da Paraíba, mestra em Ciências Sociais pela mesma universidade e doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desenvolve pesquisas nas áreas de acessibilidade à comunicação e ao jornalismo, ciberativismo, cegueira e percepção tátil, arte, literatura e comunicação. É professora Associada Nível IV do Curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFPB. E mantém o blog "Barradosobril.net", onde publica textos sobre crítica de mídia, variedades, política, literatura, entre outros temas. Faz parte do Conselho Científico do periódico ÂNCORA - Revista Latino americana de Jornalismo desde 2015 e participa ativamente como parecerista *ad hoc* em diversos outros periódicos científicos nacionais.

<sup>3</sup> José Primitivo Leal Neto é mestrando em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo Profissional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Desenvolve pesquisas sobre folkcomunicação e jornalismo cultural.

community, since it is through signals translated into images that people with hearing impairment communicate. The work seeks to understand, based on the criteria of news, whether the content produced by the news meets the demands of the public interest or looks at themes that involve the universe of deafness. For this, we carried out a content analysis of four editions of the program. However, we found that the guidelines presented understand the needs of citizens, whether they are hearing impaired or not, to keep themselves informed of what happens in the world in which they live.

**KEYWORDS:** First Hand Newspaper; webtelejournalism; reporting criteria; accessibility; public interest.

## INTRODUÇÃO

Refletir sobre o tema da acessibilidade ao jornalismo e à comunicação tornou-se uma tarefa emergente e imprescindível na atualidade. Sobretudo no cenário da pandemia, é por via da comunicação e do jornalismo que a sociedade tem acesso ao fluxo informativo acerca dos acontecimentos do mundo. Ousamos mesmo afirmar, é por intermédio da comunicação e do jornalismo que os diversos grupos sociais se decidem sobre as medidas mais adequadas para o enfrentamento do isolamento social e da covid-19.

Compreender a diversidade dos públicos consumidores de informação na atualidade é uma exigência que se apresenta ao campo jornalístico, a fim de que se possa assegurar o caráter democrático e acessível da informação. O presente artigo busca, assim, refletir sobre o modo de fazer notícia para as pessoas surdas, uma comunidade que ao lado das pessoas com deficiência visual, ainda enfrenta a invisibilidade por parte dos meios de comunicação, que em geral desconhecem e não aplicam as diretrizes internacionais de acessibilidade em seus conteúdos produzidos e distribuídos.

A análise resulta de parte da nossa pesquisa em andamento, no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFPB, a qual faz um levantamento para posterior análise, de programas voltados à comunidade surda no Brasil e na América Latina. Para a elaboração desse trabalho, avaliamos a produção do Jornal Primeira Mão, voltado ao público surdo de *Web Tv*, o qual é exibido na TV Ines, do Instituto Nacional para o Ensino de Surdos.

Partimos de uma contextualização sobre o telejornalismo e suas transformações advindas com o webtejornalismo e a incorporação da *web 2.0*. Ressaltamos a natureza democrática e cidadã que deve ser perseguida e assegurada pelo jornalismo, a qual achasse determinada pelo marco legal relativo à acessibilidade à comunicação e à informação.

Na análise do programa propriamente dita, discutimos critérios de noticiabilidade e valores notícia, demonstrando como são produzidas e consumidas as notícias junto à comunidade surda.

Refletimos sobre a questão: as notícias exibidas pelo telejornal são do interesse público ou interessam apenas à comunidade surda? Ao apontarmos ainda que de maneira breve, estratégias de acessibilidade como o *closed caption* e o uso da Janela de Tradução e Interpretação de Libras, pretendemos ampliar esse debate junto aos profissionais do jornalismo, que em geral desconhecem essas ferramentas em suas práticas jornalísticas cotidianas.

## **DO TELE AO WEBTELEJORNALISMO: CARACTERÍSTICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

Sob a liderança e investimento de Assis Chateaubriand, o Brasil recebeu a televisão, em setembro de 1950. O equipamento tinha e tem como principal característica a comunicação via imagem. A primeira emissora televisiva genuinamente brasileira foi a Tupi, implantada em São Paulo, que mais tarde se tornou a TV Globo. A programação que marcou os primeiros passos da TV no país foi ligada ao entretenimento. Eugênio Bucci (2004) remete para as telenovelas a responsabilidade de ter conquistado um público cativo para o veículo. O jornalismo, no entanto, não demorou para ganhar espaço no conteúdo levado ao público. Dias depois do nascimento da televisão brasileira, os primeiros telejornais começaram a ir ao ar. Squirra (1989) reflete sobre a importância dessa via de mão dupla estruturada através do infoentretenimento.

Há muito tempo já se sabia que o prestígio e o poder da televisão não estavam relacionados somente com o sucesso das telenovelas, mas também com aquele dos telejornais. Informação e diversão representando, assim, um binômio

extremamente sedutor em um país com graves problemas estruturais (SQUIRRA, 1989, p.14).

As considerações apontadas pelo autor são convergentes com as de França (2017). Para ambos, o jornalismo assumiu um compromisso com a transmissão dos fatos no país, em períodos que a realidade não estava ao alcance de todos. A atividade jornalística, portanto, assumiu desde então, o papel social de democratizar informações. “O jornalismo se propõe a falar do mundo em que vivemos em sua dimensão concreta, tangível, partilhada por todos” (FRANÇA; SILVA, 2017, p. 2).

Longo foi o percurso que o telejornalismo percorreu até chegar à contemporaneidade. As mudanças que aconteceram durante esse caminho foram significativas e demarcaram novas formas não só de produzir, mas também de consumir televisão.

A internet, por exemplo, possibilitou uma oportunidade de expansão nas formas de produção e consumo do telejornalismo. Assistir a um telejornal, outrora era uma atividade possível apenas por meio de um aparelho de televisão. Atualmente, o público pode fazê-la por meio de diferentes telas como computador, celular e *tablet* (RENAULT, 2013). E para não se prender à instantaneidade da televisão convencional, uma grande fatia das emissoras de TV disponibiliza o conteúdo exibido em páginas da internet.

Por outro lado, já existem emissoras que produzem conteúdo por demanda, a exemplo das *Web TVs*. Essas já nascem em um ambiente inteiramente digital e estão mais voltadas para a produção de conteúdo para o seu público-alvo, já que possuem uma audiência quase que totalmente segmentada.

A transição dos métodos e dos meios de comunicação de massa tradicionais para um sistema organizado em redes de comunicação via internet, implicou em uma multiplicidade de padrões de comunicabilidade e em transformações culturais relevantes. Ao passo em que a virtualidade se converte em um aspecto essencial da realidade, a web é uma forma cada vez mais comum para acesso à informação, cultura e entretenimento. Ela está mudando, inclusive, a maneira de se produzir e veicular a televisão (CASTELLS apud SANTOS; LIMA, 2016, p. 5).

Tais possibilidades foram expandidas devido à reconfiguração nas formas de estabelecer comunicação, provocadas pelo avanço da tecnologia, que acontecem quase

que simultaneamente. Contudo, novos ambientes de interação se constituíram e passaram a complementar os anteriores. O ciberespaço é um dos exemplos de zona passível para que usuários das mídias e dispositivos digitais imerjam em elementos identitários e próprios desse universo.

Para Lévy (2008), o ciberespaço compreende um ambiente interativo e de informação virtual. Já Lemos (2010) reflete sobre o contexto social dessa realidade e os seus impactos na vida e nas interações da sociedade. De acordo com o autor, todas as instituições sociais passam por essa realidade em um movimento involuntário, pois se tornou parte da rotina de todos.

A partir dos conceitos e definições acerca do telejornalismo e do ciberespaço, esta reflexão se volta para um cenário de inovação e de novas perspectivas, onde surge o webtelejornalismo. A atividade não se trata apenas de praticar telejornalismo na internet, mas abarca características próprias de um meio que já nasceu digital.

O webtelejornalismo pode ser compreendido como um conjunto de conhecimentos, rotinas e práticas jornalísticas que resulta na produção e exibição do webtelejornal. O webtelejornal é um cibermeio que tem por objetivo a divulgação de informação jornalística audiovisual. Ele cumpre, na web, o papel do telejornal, por isso pode ser considerado um desdobramento no ciberespaço do telejornalismo (RENAULT, 2013, p. 25).

O canal que se faz propício para esse tipo de produção, como abordado anteriormente, é a *Web TV* que por meio de avanços tecnológicos tem a capacidade de impulsionar o desenvolvimento de espaços sociais e realidade virtual. Isso porque estar conectado não se denota somente à utilização de mídias digitais, mas do quanto o usuário se enxerga no conteúdo que ele consome.

Diante de tal contexto, o povo surdo não é totalmente contemplado pelo conteúdo produzido e veiculado por meio da mídia tradicional do país, seja através de entretenimento ou informação. Embora algumas políticas públicas tenham sido elaboradas nesse sentido, elas ainda deixam a desejar, e o campo da comunicação precisa de avanços significativos para garantir o acesso à informação para esse grupo. Se faz necessária uma redefinição do olhar social sobre a surdez para que, de fato, as pessoas surdas se comuniquem com e no mundo em que vivem. O jornalismo, portanto,

é uma das instituições que pode e deve cumprir esse papel, enquanto mediador entre acontecimentos e a percepção da sociedade.

## **COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE PARA SURDEZ**

Não é novidade que a comunicação se encontra sobreposta à concepção da linguagem. A língua oral se utiliza constantemente da comunicação para desenvolver e trocar informações e sentidos. Não é diferente com as línguas de sinais. Ao chamar a atenção dos profissionais da educação para a forma como eles podem explicar a concepção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) aos pais de alunos surdos, a autora Ronice Müller entende a língua como uma comunicação visual. Vejamos o que diz ela:

Os profissionais que assumem a função de passarem as informações necessárias aos pais devem estar preparados para explicar que existe uma comunicação visual (a língua de sinais) que é adequada à criança surda, que essa língua permite à criança ter um desenvolvimento da linguagem análogo ao de crianças que ouvem, que essa criança pode ver, sentir, tocar e descobrir o mundo a sua volta sem problemas, que existem comunidades de surdos; enfim, devem estar preparados para explicar aos pais que eles não estão diante de uma tragédia, mas diante de uma outra forma de comunicar que envolve uma cultura e uma língua visual-espacial (QUADROS, 2008, p. 29).

A autora chama a atenção para a importância das línguas de sinais para o desenvolvimento da linguagem das crianças surdas. É a partir dela que essas crianças vão aprender a enxergar, compreender e despertar para o mundo em sua volta (QUADROS, 2008). Ela fala ainda de uma outra forma de comunicar. É a partir desse ponto que se apresenta o problema a ser resolvido pelas políticas públicas para a acessibilidade surda na comunicação.

No contexto geral há várias etapas até que uma política pública seja desenvolvida e implementada. Segundo Teixeira (2010), o termo política pública é associado com a perspectiva de que só o Estado tem poder para desenvolvê-la. De certa maneira isso restringe a participação da sociedade e de outras instituições no processo. Por isso, é importante pensar a política pública de forma holística. A autora, amparada em Caritas (2003), sugere pensar a política pública a partir da seguinte visão:

Política pública é um conjunto de ações permanentes que asseguraram e ampliam direitos civis, econômicos, sociais e coletivos de todos, que devem ser amparados em lei, de responsabilidade do Estado (financiamento e gestão) e com controle e participação da sociedade civil (TEIXEIRA, 2010, p. 46-47).

Com isso, a autora consegue ampliar o entendimento da ação e delinea o papel de cada segmento dentro do processo de construção das políticas públicas. A maior parte dessas políticas é pensada e implementada através de códigos regulamentares. Neste contexto, algumas leis e portarias têm dado maior visibilidade e rigor ao direito de a comunidade surda ser contemplada pelos meios de comunicação com uma língua adequada às suas necessidades. Antes de se falar dessas leis, é importante apontar alguns avanços iniciais que aconteceram na área da comunicação envolvendo essa comunidade.

Para esses apontamentos, se recorre ao trabalho “Políticas Públicas para Surdos: os pontos legais e críticos na acessibilidade”, de Keli Krause e Alessandra Franzen Klein apresentado no V Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia. As autoras indicam alguns dados que servem para mostrar os avanços com relação às políticas de acessibilidade para as pessoas surdas. De acordo com elas, a primeira conquista para esse público foi o fax; depois o telefone com dispositivo de comunicação para surdos, o TDD, que combina texto e áudio para conectar uma pessoa surda e uma ouvinte. Outros marcos importantes que também assinalam os avanços no que diz respeito à comunicação são o uso da Janela de Tradução e Interpretação de Libras na televisão brasileira e do *closed caption*. Todos esses passos foram frutos da mobilização da comunidade em busca desses direitos (KRAUSE; KLEIN, 2017).

Promover acessibilidade consiste em facilitar o acesso e a utilização de ambientes, produtos e serviços por quaisquer pessoas, independentemente do contexto no qual estão inseridas, suprimindo assim necessidades de diferentes grupos sociais (FRANÇA; ONO, 2011). É importante, ainda, citar algumas das principais leis que foram promulgadas para promover a acessibilidade no Brasil.

A primeira delas foi a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais para a promoção de acessibilidade destinada para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A maioria dos incisos e alíneas foram atualizados pela Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 que institui o Estatuto da Pessoa

com Deficiência. Dela, é preciso destacar o Capítulo II, que dispõe sobre o acesso à informação e à comunicação. Dentre os artigos e incisos do capítulo, esses são mais significativos porque tratam diretamente de ferramentas de comunicação:

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. [...] Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros: I - subtítuloção por meio de legenda oculta; II - janela com intérprete da Libras; III – audiodescrição (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, o Artigo 63 vai regulamentar também os *sites* de notícias que atualmente são amplamente utilizados por empresas de comunicação e jornalistas. Nesses casos, os *sites* devem ter ferramentas que melhorem a experiência de pessoas com baixa ou nenhuma visão, com surdez, etc. Para auxiliar nessa tarefa, o Governo desenvolveu um instrumento, o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), que pode nortear empresas e pessoas para a adequação de sites às normas de acessibilidade.

Já a Norma Complementar nº 1 de 2006 que trata dos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência nos meios de comunicação, tem como objetivo o seguinte:

Complementar as disposições relativas ao serviço de radiodifusão de sons e imagens e ao serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, visando tornar a programação transmitida ou retransmitida acessível para pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2006).

O impasse que cerca tais leis e normas, é que elas dificilmente são cumpridas na sua totalidade. A norma citada anteriormente, por exemplo, teve alterações por meio da portaria nº 188, de 24 de março de 2010 que modifica a redação do texto com relação aos prazos para o seu cumprimento. No geral, existem iniciativas pontuais que já buscam cumprir o que determina a lei. Nesse sentido, necessita-se de mais engajamento não só da comunidade surda, mas da sociedade civil organizada, para cobrar que esses direitos sejam respeitados e garantidos.



## CONCEITOS E DEFINIÇÕES SOBRE CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Diariamente os veículos de comunicação colocam à disposição do público uma série de notícias. Na maioria das vezes, quem as consome não sabe quais procedimentos foram utilizados para legitimar a divulgação ou não divulgação delas. Partimos da hipótese de que se elas são publicadas, é porque são relevantes e influenciam no cotidiano das pessoas, e se não são, não têm relevância para uma audiência geral. Nesse sentido, é necessário pensar na relação delas com o interesse público.

Contudo, essa percepção não é suficiente para justificar o motivo de determinados acontecimentos virarem notícias e outros não. É a partir desse pensamento, que Silva e França (2017), dizem que “além do interesse público, a noticiabilidade ou os valores-notícia são acionados frequentemente na tentativa de explicar porque certos assuntos são incluídos ou excluídos do noticiário” (LARA, 2014, apud SILVA; FRANÇA, 2017, s/p).

Convém resgatar a ideia de Wolf (1995) sobre noticiabilidade. Segundo o autor:

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias [...] Pode também dizer-se que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 1995, p. 170).

O autor demonstra que o acontecimento para ser notícia leva em conta tanto as condições de trabalho, que são oferecidas pelas empresas de comunicação, como o ponto de vista dos jornalistas. Ou seja, para ele existem dois fortes pontos para se levar em conta quando se observa um fato. Essas imbricações estão de certa forma presentes no conceito de noticiabilidade de Traquina (2005), que aponta a segunda definição aqui apresentada. Conforme o autor, noticiabilidade é o

[...] conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um

acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’ (*‘newsworthiness’*) (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Traquina (2005) entende que os valores-notícia estão presentes desde a seleção até o processo de elaboração da notícia. Em cima disso, ele faz uma divisão em valores-notícia de seleção e de construção:

Os valores-notícia de seleção estão divididos em dois sub-grupos: a) os critérios substantivos – a morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, infração e escândalo, que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia; e b) os critérios contextuais – disponibilidade, equilíbrio, visualidade e concorrência, que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Já os valores-notícia de construção – simplificação, amplificação, relevância, personalização e dramatização, que são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento com notícia (TRAQUINA, 2005, p. 78 – 92).

Com essa segmentação, o autor mostra que a seleção das informações jornalísticas acontece em dois estágios – um primeiro, onde a seleção busca primeiramente identificar através dos critérios substantivos os acontecimentos que merecem virar notícia. Já o segundo estágio corresponde a seleção para a hierarquização das informações no texto. Os valores-notícia substantivos e o interesse público e do público serão melhor observados a partir da análise do material empírico.

### **JORNAL PRIMEIRA MÃO: NOTÍCIAS DE INTERESSE PÚBLICO OU PARA O PÚBLICO SURDO?**

O Jornal Primeira Mão é produzido e apresentado pela TV Ines, do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, órgão pertencente ao Ministério da Educação. É um projeto que busca preencher a lacuna deixada pelos meios de comunicação social do Brasil em relação à acessibilidade de formatos televisivos. O Primeira Mão é um webtelejornal bilíngue, que usa a Língua Brasileira de Sinais, áudio em Língua Portuguesa e legenda para se reportar aos públicos surdo e ouvinte, que integram a comunidade surda.

O jornal tem um formato diferenciado, que em muitos momentos se assemelha aos telejornais das emissoras de televisão, mas que, no geral, tem uma narrativa própria. As semelhanças são observadas no formato da bancada, no início do programa, quando os apresentadores trazem as matérias destaques, ou quando introduzem as cabeças das matérias e em seguida entram as notícias ou reportagens.

Já a narrativa própria do programa aparece, obviamente, na linguagem - os âncoras e repórteres usam a Libras para apresentarem -; utilizada no formato das matérias: elas têm dois quadros, um tem repórter e o outro aparece as imagens da notícia; ocasionalmente tem a inserção de personagens; e os textos das matérias são cobertas por fotos e vídeos.

Essas inferências gerais foram fruto da observação das 41 matérias veiculadas em quatro programas do Primeira Mão. O noticiário trata de variados assuntos, com informações do Brasil e do mundo. A partir dessa análise foi possível perceber que as informações disseminadas pelo webtelejornal não só tratam de temas que interessam exclusivamente ao público surdo, mas pelas que predominantemente interessam ao público em geral. Isso, porque as pessoas surdas vivem em uma sociedade maior, formada por pessoas surdas ouvintes. Por isso, o conteúdo do programa é voltado para uma audiência geral. Das 41 matérias veiculadas, 33 são de interesse público e oito são de interesse do público surdo.

Sobre esses números é interessante destacar algumas informações. Como se optou por fazer uma seleção com inspiração no método do mês artificial, dois dos quatro programas selecionados aconteceram em datas importantes para os surdos: o segundo programa do mês de fevereiro, uma edição comemorativa das 100 edições do primeiro noticiário bilíngue do Brasil apresentados por surdos; e o quarto programa do mês de abril que foi também uma edição especial porque foi comemorado os 17 anos da lei de Libras e os seis anos da TV Ines. Ambas as edições tiveram algumas matérias e entrevistas que foram voltadas mais para o público surdo, já que comemoravam alguns avanços na luta por igualdade e acessibilidade. Como esses programas ficaram no *corpus* analisado, é possível observar mais matérias de interesse do público, critério que não aparece necessariamente nos outros dois selecionados.

Já outras informações transmitidas não tratavam do interesse público na sua concepção pura. Matérias a exemplo da que trata uma série de construções feitas de gelo para um festival na China, ou ainda do atum de 278 quilos que foi vendido por aproximadamente 11 milhões de reais em um mercado em Tóquio no Japão. No entanto, como já foi observado por Silva e França (2017), as notícias jornalísticas não só respondem ao interesse público, há outras influências. É partir daí que se evocam os critérios de noticiabilidade. Durante as quatro edições, foram analisadas 41 matérias do e identificados oito valores-notícia, que serão discutidos a seguir.

**Novidade:** Está presente em dez matérias e é o que mais apareceu nas quatro edições. É o valor-notícia que abrange as notícias sobre assuntos que acabaram de acontecer, sobre inovações ou atualizações sobre um assunto ou mesmo de um produto. Nas matérias do jornal ele aparece quando é noticiado a criação de um aplicativo para ajudar cadeirantes ou pessoas com dificuldade de locomoção a caminhar em prédios. Ou ainda, na notícia sobre a Universidade Católica de Pernambuco que começou a emitir diplomas em braile, etc. Esse critério ajuda também ao profissional do jornalismo voltar a falar de um fato do passado. Por exemplo, se um crime aconteceu há 10 anos, ele não é mais notícia, mas se surgir uma nova nuance sobre o fato, provavelmente ele será noticiado trazendo como gancho, a novidade.

**Relevância:** presente em sete matérias. É o critério em que os profissionais do jornalismo buscam encaixar os acontecimentos que impactam a vida das pessoas de alguma forma. Como aponta Traquina (2005), esse valor tem a ver com a capacidade de o fato alterar ou impactar o cotidiano das pessoas. Chama-se a atenção para a intensidade desse impacto, nem sempre ele é grande. Mas, de certa forma incide nos aspectos habituais das pessoas. Esse critério apareceu nas seguintes matérias: posse de Jair Bolsonaro, cuidados com a pele e alimentação nas férias, Síndrome de Down, etc.

**Proximidade:** aparece em seis matérias. Este valor, conforme Traquina (2005), é dividido em proximidade geográfica e cultural e corresponde aos acontecimentos que estão em um determinado raio de distância do meio de comunicação. Já a proximidade cultural diz respeito às notícias que falam sobre manifestações culturais inseridas na região onde o meio de comunicação está instalado. É um valor muitas vezes controverso porque nem sempre se sobressai perto de um fato que aconteceu em um local distante.

No Jornal Primeira Mão ele aparece principalmente no quadro “agenda cultural”, que traz dicas de visitação a espaços no Rio de Janeiro, local onde fica a sede do Ines.

**Tempo:** está presente em seis matérias. Corresponde às notícias dos assuntos que estão acontecendo. Traquina (2005, p. 81) diz que “  um valor notícia na forma da atualidade”. Ele corresponde também a datas comemorativas, aniversários de pessoas notáveis ou notórias ou de fatos históricos. No jornal ele apareceu na matéria comemorativa dos seis anos da TV Ines, na comemora o dos 17 anos da Lei de Libras, das 100 edi oes do jornal, na men o do aniversário de 60 anos de cria o da Boneca Barbie etc.

**Morte:** surge em seis matérias. É o valor-notícia que está presente todos os dias nos programas jornalísticos. Dependendo do número ou da forma como ela acontece, a morte   critério garantido de notícia. Traquina (2005, p. 79) diz que “onde há morte, há jornalista. A morte é um valor-notícia fundamental para a comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico”. No jornal, o critério “morte” aparece nas notícias sobre os desastres naturais de Moçambique, Zimbabue e Indonésia; e no ataque feito em um bonde de passageiros na Holanda que deixou tr s mortes e nove feridos.

**Infra o:** aparece em três matérias. É o critério que abrange os fatos de crime e de quebra das leis e regras vigentes. Assim como a morte, este critério é muito recorrente nos programas jornalísticos. Observando isso, Traquina (2005, p. 85) aponta que “o crime é percebido como um fen meno permanente e recorrente, e assim grande parte dele é observado pelos media noticiosos de uma forma igualmente rotinizada”. No Primeira Mão, ele aparece na notícia de um estupro de uma mulher que estava em coma há 14 anos no Arizona nos Estados Unidos, na prisão de um homem em São Paulo por tr fico de drogas e na apreensão de um dos adolescentes envolvidos no ataque da escola de Suzano.

**Notoriedade:** está presente em duas matérias. Esse valor-notícia corresponde à notoriedade que os envolvidos no acontecimento têm. Traquina (2005) aponta que esse critério aparece em notícias sobre políticos, pessoas com poder econ mico e religioso, celebridades etc. No jornal ele aparece na notícia sobre a visita do Presidente da

República, Jair Bolsonaro a Donald Trump e no ataque feito por *hackers* a contas de e-mail e telefone de políticos da Alemanha.

**Notabilidade:** aparece em uma matéria. É o valor que corresponde ao acontecimento notável, de grandes proporções, que chama a atenção. Traquina (2005, p. 82) cita Lippmann para apontar que para um fato circunscrever a notabilidade “tem que acontecer qualquer coisa de específico que tenha uma forma evidente, tem que haver qualquer aspecto manifesto”. O autor acrescenta um exemplo, e diz que uma greve operária pode ser considerada como um fato notável. Nesse sentido, dentro do Jornal Primeira Mão apenas uma notícia pode ser considerada dentro deste aspecto – a marcha do século em defesa de mais investimentos por parte do governo para a preservação do meio ambiente, e a manifestação feita pelos coletes amarelo que também faziam críticas ao governo, ambas as manifestações aconteceram em Paris.

Contudo, o uso de alguns valores-notícia é mais frequente do que outros. Por exemplo, o de novidade que tem 24,39% de incidência se contrapondo aos de notoriedade e notabilidade que aparecem respectivamente com 4,87% e 2,43%. E mostra que alguns ficam empatados em questão de cobertura, é caso dos valores de proximidade, tempo e morte, que ocorre em 14,63% das notícias analisadas.

Traquina (2005) sugere 11 valores-notícia substantivos para a seleção dos acontecimentos. Desses, apenas oito foram identificados no Jornal Primeira Mão. É importante assinalar que mesmo com esse número de 11 critérios apontados pelo autor se verificou uma certa dificuldade em encaixar determinadas matérias em alguns deles. Notícias, a exemplo da venda do atum de 278 quilos vendido em Tóquio por 11 milhões de reais ou ainda do aniversário de 60 anos da boneca Barbie, que foram encaixados, respectivamente em novidade e tempo, poderiam estar em outro valor-notícia. Nesse sentido, acredita-se que o critério de curiosidade poderia suprir melhor esse tipo de notícia. Encaixando-se nele, informações de cunho inusitado, diferente e jocoso. Aproximando-se nesse aspecto muito mais do entretenimento do que especificamente do jornalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho nos permitem ampliar o debate reflexivo acerca da comunicação acessível e democrática dentro do campo jornalístico. Mais que isso, o trabalho reconhece e apresenta aos profissionais do jornalismo, uma audiência que ainda não é visibilizada e contemplada pelas produções midiáticas comerciais, mesmo em Web TV, demonstrando que é ainda por via de produções independentes, veiculadas em canais públicos, que esse tipo de audiência encontra algum tipo de visibilidade e vê contemplados alguns dos seus interesses pelo consumo de notícias.

Nossa análise apontou ainda, que a agenda noticiosa do Jornal Primeira Mão é de natureza híbrida. O programa envolve notícias de interesse das pessoas surdas, mas também aborda informações gerais, curiosidades, catástrofes e tragédias, tal como ocorre no webtelejornalismo voltado a todos os públicos.

Pesquisas futuras podem averiguar as interações dessa audiência, assim como, a partir de uma análise mais aprofundada, com um *corpus* mais ampliado, se pode detectar tendências de preferências por determinados conteúdos em detrimento de outros. Uma questão que pode ser aprofundada em outros trabalhos, deve indagar da natureza dessas produções: Elas são experimentos, ou são de fato jornalismo de interesse público, voltado a um público segmentado e específico?

Ressaltamos a natureza inicial das nossas pesquisas, fica, entretanto, a conclusão fundamental: o jornalismo precisa caminhar para uma formulação universal, onde todos os públicos possam se reconhecer no processo do consumo de notícias, independentemente das suas especificidades, das suas deficiências.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Norma complementar nº 01, de 28 de junho de 2006.** Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. [S. l.], 28 jun. 2006. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=34&data=28/06/2006>. Acesso em 27 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [S. l.], 6 jul. 2015.

Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm#art112](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm#art112).  
Acesso em 27 mai. 2019.

BUCCI, Eugênio. **O Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2011.

FRANÇA, Ana Claudia Camila Veiga de; ONO, Maristela Mitsuko. Interação de pessoas surdas mediada por sistemas de produtos e serviços de comunicação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 16, n. 59, Jul./Dez. 2011. p. 260 – 276.

GLORIA, Rafael. Critérios de Noticiabilidade no Jornalismo Alternativo: o caso do Coojornal. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40., 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos**. Curitiba: Universidade Positivo, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1161-1.pdf>. Acesso em 30 mai. 2019.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; LAGO, Marcia Benetti. (orgs). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?tema=censodemog2010\\_defic](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?tema=censodemog2010_defic). Acesso em 23 abr. 2016.

KRAUSE, Keli.; KLEIN, Alessandra Franzen. Políticas Públicas para Surdos: os pontos legais e críticos na acessibilidade. In: Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia, 5., 2017, Ijuí. **Anais eletrônicos**, Ijuí: UNIJUI, 2017. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/9042/7745>. Acesso em: 25 mai. 2019.

LEMONS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

PESQUISA brasileira de mídia 2015 – Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em 25 de abr. 2016.

SANTOS, Iara Alves; LIMA; Luciellen Souza. **TV INES: comunicação inclusiva para a cultura surda no ciberespaço**, 2016. Disponível em:



<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1415-1.pdf>. Acesso em 02 de jun. 2019.

SILVA, Gislene da. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Estudos de Jornalismo e Mídia, v. 2, n. 1, p. 95-107, jan/jun, 2005. p. 95 – 107.

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. **Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais**. E-Compós, v. 20, n. 3, 24 dez. 2017. s/p.

RENAUTL, Letícia. **Webtelejornalismo: telejornalismo na web**, 2013. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_ec062231871a6fe41970462b12b6ab83](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_ec062231871a6fe41970462b12b6ab83). Acesso em 25 de mai. 2019.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender Telejornalismo: Produção e Técnica**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

TEIXEIRA, Marina Codo Andrade. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4778/61080100037.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Ed. Insular, 2005.

TV INES. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://tvines.org.br/>. Acesso em: 21 mai. 2019.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Ed. Artemed, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Ed. Presença, 1995.

**Recebido em 21 de fevereiro de 2021**

**Aprovado em 19 de março de 2021**